



III Encontro de Economia

Universidade Estadual de Ponta Grossa

IMPACTO DO BOLSA FAMÍLIA NO PIB *per capita*: UMA ANÁLISE ENTRE AS REGIÕES BRASILEIRAS PARA O ANO DE 2010

Adriane Conceição Galvão - adriane.orloski@gmail.com - UEPG
Leticia Rodrigues Ranieri - le_ranieri@hotmail.com - UEPG

3 – Crescimento, Desenvolvimento Econômico; [JEL: D31](#)

Resumo: A política de transferência de renda consiste em uma transferência monetária direta a indivíduos ou a famílias, originando programas condicionados e focalizados em famílias pobres e extremamente pobres. O auge da consolidação dos programas de transferências de renda Brasil aconteceu em 2003 com a criação do Programa Bolsa Família. Este programa tem sido alvo de vários estudos acerca de sua importância econômica e social no Brasil. Neste sentido o objetivo deste trabalho é estimar os efeitos do repasse do Bolsa Família no Produto Interno Bruto *per capita* das regiões do Brasil. Para isso, o método utilizado foi a análise de regressão múltipla estimado por mínimos quadrados ordinários em *cross section*. Os dados utilizados foram do ano de 2010, com 5565 municípios. A variável dependente foi o PIB *per capita* e as variáveis independentes foram o Repasse médio por família e a Taxa de analfabetismo. Os resultados indicam a existência de impactos no PIB *per capita* e que os municípios que mais se beneficiam são os menos desenvolvidos economicamente.

Palavras-chave: Bolsa Família, PIB, analfabetismo.

Abstract: The policy of income transfer consists of a direct monetary transfer to individuals or families, originating conditioned programs and focused on poor and extremely poor families. The boom of the consolidation of income transfer programs in Brazil occurred in 2003 with the creation of the Bolsa Família Program. This program has been the subject lot of studies about its economic and social importance in Brazil. In this sense, the goal of this paper is to estimate the effects of the transfer of Bolsa Família on Gross Domestic Product per capita of the Brazilian regions. The method used was the analysis of multiple regression estimated by ordinary least squares in cross section. The base data used were the year 2010, with 5565 municipalities. The dependent variable was the per capita GDP and the independent variables were the average Repayment by family and the Illiteracy rate. The results indicate the existence of impacts on GDP per capita and that the municipalities that benefit the most are the least developed economically

Key-words: Bolsa Família, GDP, illiteracy.

1 Introdução

O Brasil tem enfrentado ao longo dos anos dois graves problemas econômicos e sociais. O primeiro é a má distribuição de renda e o segundo é a pobreza. Estes problemas podem ser observados através de indicadores sociais como a educação e econômicos como o Pib *Per capita*. Com a finalidade de reduzir estes agravantes foram criados programas de transferências de renda.

A política de transferência de renda consiste em uma transferência monetária direta a indivíduos ou a famílias, originando programas condicionados e focalizados em famílias pobres e extremamente pobres. O auge da consolidação dos programas de transferências de renda Brasil aconteceu em 2003 com a criação do Programa Bolsa Família.

O programa Bolsa Família possui três objetivos principais: i) Complemento da renda: para a promoção do alívio imediato da pobreza por meio da transferência direta de renda; ii) Acesso a direitos: salientar aos direitos básicos nas áreas da saúde e educação para que contribuir que as famílias consigam romper com o ciclo da pobreza entre gerações; iii) Articulação com outras ações: Desenvolvimento das famílias de modo que consigam superar a vulnerabilidade e pobreza. (MDS, 2016).

Este Programa opera através de uma política universal, ou seja, não há separação por município. São vários os estudos que apontam os efeitos positivos do Programa Bolsa Família, como o acesso ao mercado consumidor, melhoria na educação e redução na pobreza, enquanto que há estudos que mostram que o Bolsa família não contribui tanto para a melhoria da situação de vida das pessoas que recebem o benefício.

Neste sentido o objetivo deste trabalho é estimar o impacto do repasse médio por família no pib *per capita* dos municípios brasileiros, através de um modelo de regressão linear múltipla, com amostra completa e para analisar se há diferença do impacto do valor do repasse médio por família nas regiões brasileiras foram realizados 5 cortes na amostra.

Os modelos foram estimados por mínimos quadrados ordinários, em *cross section*, a partir de uma base de dados de 5565 municípios. A principal limitação deste estudo é a restrição de dados, pois embora estivessem disponíveis dados acerca do repasse e do PIB *per capita* para o ano de 2012, a disponibilidade de dados sobre a taxa de analfabetismo estava restrita para o ano de 2010.

A seção seguinte a esta introdução apresenta uma breve revisão de literatura acerca do Programa Bolsa Família. Esta revisão objetiva discutir trabalhos que mostram a importância do Programa Bolsa Família. Em seguida, está a seção três com a metodologia na qual este estudo se baseia, que é o modelo de regressão linear múltipla, bem como as variáveis utilizadas. Na quarta seção, a análise de dados, e finaliza-se o trabalho com as considerações finais.

2 Revisão de Literatura

Para se entender a importância do Programa Bolsa Família nos municípios brasileiros, é necessário levantar um dos problemas sociais que o país tem enfrentado ao longo de sua história, que é a pobreza. De acordo com Sen (2000) *apud* Crespo e Gurovitz (2002), a pobreza pode ser definida como uma privação das capacidades básicas de um indivíduo e não apenas como uma renda inferior a um patamar pré-estabelecido.

De forma distinta, Michel (2003) *apud* Pires (2008) define pobreza de acordo com o nível de renda: considera-se estado de pobreza aquele em que não há renda familiar per capita suficiente para assegurar aos indivíduos o acesso a um padrão mínimo de vida. Enquanto que para Rocha (2003, p. 9) “pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não atendidas de formas adequada”.

Para Kageyama; Hoffmann (2006, p. 79) “A noção de pobreza refere-se a algum tipo de privação, que pode ser somente material ou incluir elementos de ordem cultural e social, em face dos recursos disponíveis de uma pessoa ou família. Essa privação pode ser de natureza absoluta, relativa ou subjetiva”.

A pobreza absoluta é ter menos do que um mínimo objetivamente definido. A relativa é ter menos do que outros na sociedade. Enquanto que a subjetiva é sentir que não se tem o suficiente para seguir adiante. Loureiro e Suliano (2009) apontam que no Brasil, o conceito de pobreza é, em geral, fundamentado nas condições de vida inadequadas decorrentes de baixos rendimentos.

2.1 Programa de transferência de renda

Desde meados do século XX, tem-se implantado políticas governamentais cujo objetivo, direto ou indireto, é a redução do número de pessoas pobres, sem, no entanto, ter obtido resultados satisfatórios ou permanentes. No Brasil foi a partir de 1990 foi que

as famílias pobres¹. do país se viram beneficiadas por pequenos programas de transferência de renda. (PIRES, 2008).

Os programas de transferência de renda em geral buscam efeitos imediatos, servindo assim de instrumentos no combate à pobreza e à concentração de renda. No caso do Brasil implementaram-se programas de renda condicionada que exigem contrapartida dos beneficiários, que pode ser em benefício próprio ou de suas famílias. (SOARES E SÁTYRO, 2009).

Em 1996, foi criado o primeiro programa de transferência de renda condicionada² federal, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). As contrapartidas do PETI eram que as crianças menores de 16 anos não trabalhassem e tivessem frequência escolar de no mínimo 75% no ano.

O segundo programa de transferência de renda condicionada federal criado em 2001 foi o Programa Bolsa Escola. A contrapartida consistia na frequência mínima de 85% à escola, no ano, para crianças de seis a 15 anos e no mesmo ano foi criado o Bolsa Alimentação, com as seguintes contrapartidas: aleitamento materno, exames pré-natais para gestantes e vacinação das crianças.

O auge desse processo de políticas de transferências de renda se dá em 2003, com a consolidação dos programas de transferências de renda criados anteriormente em único programa: O Bolsa- Família. Este programa também incorporou o Vale Gás, uma transferência sem contrapartida, gerida pelo Ministério das Minas e Energia, também com seus próprios critérios e valores de benefício. Para realizar a unificação, o Bolsa Família se beneficiou da existência do Cadastro Único, que vinha sendo lentamente aperfeiçoado e expandido desde sua criação, em 2001, e cujo objetivo era integrar as informações sobre os beneficiários dos programas federais. (SOARES E SÁTYRO, 2009).

Segundo o MDS (2016) o programa Bolsa Família possui 3 objetivos principais:

i) Complemento da renda, ii) Acesso a direitos e iii) Articulação com outras ações.

¹ As famílias extremamente pobres são aquelas que têm renda mensal de até R\$ 85,00 por pessoa. As famílias pobres são aquelas que têm renda mensal entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00 por pessoa. As famílias pobres participam do programa, desde que tenham em sua composição gestantes e crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos (CAIXA, 2016)

² Apesar de o arcabouço conceitual desenvolvido no início dos anos 1990 apontar para programas de garantia de renda mínima, na verdade implementaram-se no Brasil programas de transferência de renda condicionada. A principal diferença é que, enquanto o único critério para os programas de garantia de renda mínima é a renda. (SOARES E SÁTYRO, p. 08, 2009).

- i) Complemento da renda - todos os meses, as famílias atendidas pelo Programa recebem um benefício em dinheiro, que é transferido diretamente pelo governo federal. Esse eixo garante o alívio mais imediato da pobreza.
- ii) Acesso a direitos - as famílias devem cumprir alguns condicionais, que têm como objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social. Esse eixo oferece condições para as futuras gerações quebrarem o ciclo da pobreza, graças a melhores oportunidades de inclusão social.
- iii) Articulação com outras ações — o programa tem capacidade de integrar e articular várias políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para elas superarem a situação de vulnerabilidade e de pobreza. (MDS, 2016)

O Bolsa Família desde 2011 faz parte do Plano Brasil Sem Miséria, que reuniu diversas iniciativas para permitir que as famílias deixassem a extrema pobreza, com efetivo acesso a direitos básicos e a oportunidades de trabalho e de empreendedorismo. A gestão do Bolsa Família é descentralizada, ou seja, tanto a União, quanto os estados, o Distrito Federal e os municípios têm atribuições em sua execução. Em nível federal, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) é o responsável pelo Programa, e a Caixa Econômica Federal é o agente que executa os pagamentos. (MDS, 2016)

2.2 Programa Bolsa Família

Os programas de transferência de renda têm exercido um importante papel na vida das famílias que recebem este recurso. Na visão de Marques (2005) este programa de teoria econômica de inspiração keynesiana mostra que o gasto governamental, assim como o privado, gera, no conjunto da economia, por seu efeito multiplicador, renda de valor maior do que o do gasto realizado.

No caso de transferência de renda às famílias, o impacto será tanto maior quanto também maior for a propensão marginal a consumir, isto é, quanto maior for a parcela destinada ao consumo quando a renda é aumentada em uma unidade. No caso da população alvo do Programa Bolsa Família, principalmente famílias definidas como extremamente pobres, a propensão marginal a consumir é das mais elevadas, quando não “igual” a um. Assim, o aumento da renda da população mais pobre resultante da política pública em parte retorna aos cofres públicos, sob a forma de incremento na arrecadação de tributos. (MARQUES, 2005, p.09).

Delgado (2006) questiona a eficiência do Programa Bolsa Família na distribuição de renda no país. Para o autor não foi o Bolsa Família que melhorou a distribuição de renda no país sendo o Programa apenas “um pingo d’água” em toda a história, há necessidade do programa, porém este promove apenas o crescimento do consumo popular nas classes mais pobres, sem surtir efeito sobre a mobilidade social no conjunto da distribuição de renda.

Para Landim Junior (2009) o Programa Bolsa Família gera um impacto positivo na economia dos municípios brasileiros, por meio de um aumento real no PIB *per capita* desses municípios. Este impacto também confirma a eficácia do Programa no combate à desigualdade econômica e que os municípios menos desenvolvidos, são os mais beneficiados pelo Programa.

De acordo com Rosinke et al (2010, p. 78) “O Programa Bolsa Família tem sido responsável pelo auxílio a muitas famílias que estão abaixo da linha de pobreza, levando-os a participar do mercado de bens e serviços e melhorar a sua qualidade de vida”. Mas em estudos de Linhares (2010) Os gastos com o bolsa família não apresentaram, efeito sobre a pobreza, e que algumas explicações possíveis para este resultado são o pequeno valor do benefício da bolsa família, tornando-se insuficiente para retirar os indivíduos de uma família da pobreza; a criação de certa dependência familiar direta e indireta em torno daqueles que recebem o benefício; a elevação do salário reserva dessas pessoas, não incentivando a procura por trabalho formal; e a questão da focalização do programa.

Ribeiro (2012), também aponta que o Programa Bolsa Família teve pouca influência para a redução de pobreza nos municípios brasileiros, entretanto quando analisado o bem-estar no período de 2004 a 2009, os resultados indicam que o programa teve efeito positivo sobre o bem-estar dos municípios analisados.

Para Ferreira e Bourseau (2015, p.36) ” o Bolsa Família afetaria o IDH através da renda, porém ao longo do tempo, o impacto deveria ser sentido também nas demais variáveis”. Para os autores este efeito tende a ser mais pronunciado nas regiões mais pobres, uma vez que proporcionalmente, o Bolsa Família tende a ter um impacto maior no poder de consumo das famílias, gerando conseqüentemente um maior efeito no desenvolvimento humano como um todo.

3 Metodologia

3.1 Base de dados

Para atender aos objetivos desta pesquisa, os dados coletados foram: Produto Interno Bruto *Per capita* - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Repasse do Programa Bolsa Família – Ministério do desenvolvimento social e combate à fome; Taxa de Analfabetismo-Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. O modelo proposto utiliza o método de estimação de mínimos quadrados ordinários, em *cross*

section, a partir de uma base de dados de 5565 municípios brasileiros para o ano de 2010. O software utilizado para a regressão foi o Gretl e para os mapas o Geoda.

As variáveis utilizadas foram definidas da seguinte forma:

- i) Produto Interno Bruto *Per Capita*: Produto ou renda média das pessoas residentes no município. Resulta da divisão do PIB pelo tamanho da população municipal.
- ii) Repasse médio por família do Programa Bolsa Família: Valor total repassado do Programa Bolsa Família ao município dividido pela quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família
- iii) Taxa de Analfabetismo: Razão entre a população de 25 anos ou mais de idade que não sabe ler e nem escrever um bilhete simples e o total de pessoas nesta faixa etária, multiplicado por 100

3.2 Modelo de Regressão Múltipla

De acordo com Kazmier (2008) o objetivo da análise de regressão linear é estimar o valor de uma variável aleatória, dado que o valor de uma variável associada é conhecido. A análise de regressão múltipla está interessada em estimar o valor de uma variável dependente baseada em duas ou mais variáveis independentes.

$$\text{Pib Per Capita}_{i,m} = \beta_0 + \beta_1 \text{Repasse médio}_{i,m} + \beta_2 \text{Taxa de Analfabetismo}_{i,m} + \varepsilon_i \quad (1)$$

Considerando a especificação deste modelo:

Pib Per Capita : valor da variável dependente;

β_0 : primeiro parâmetro da equação de regressão;

β_1 e β_2 são os coeficientes parciais de regressão

Repasse e Taxa de Analfabetismo variáveis independentes;

ε_i Termo de erro estocástico

i, m : significa o município e a região respectivamente

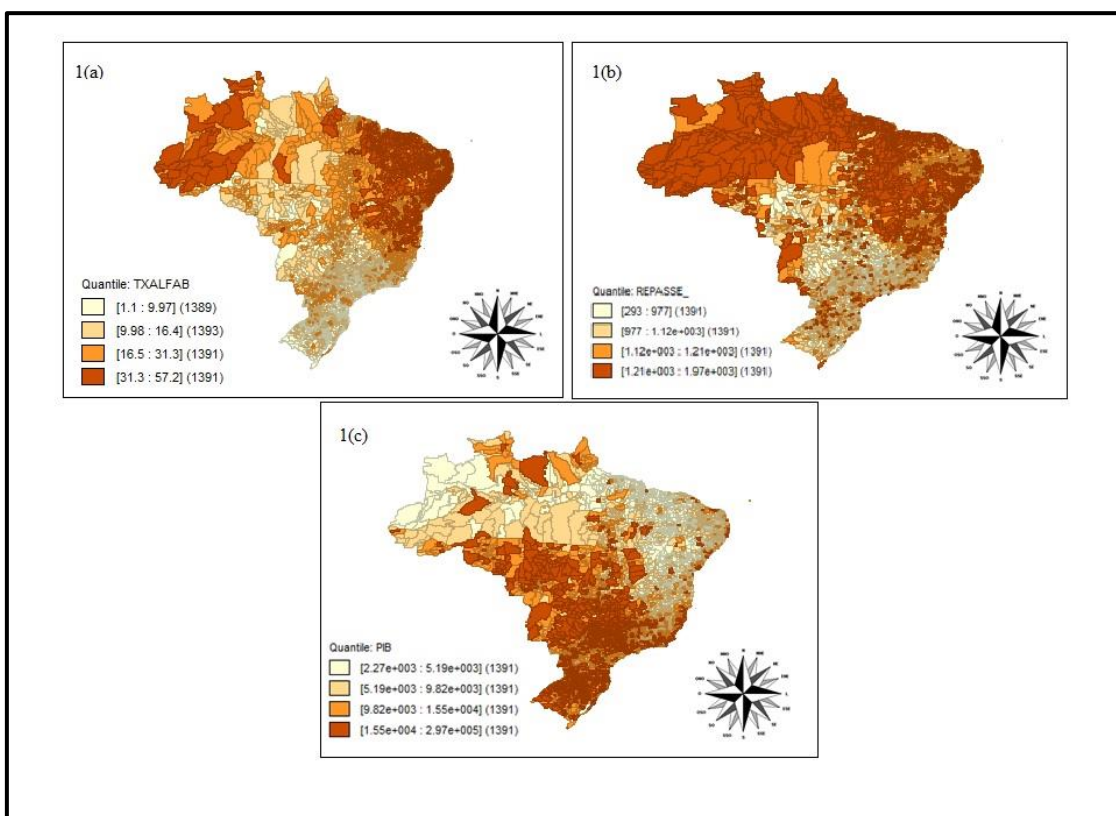
A equação de regressão múltipla identifica a linha de melhor ajuste baseada no método de mínimos quadrados ordinários. No qual o melhor ajuste da linha de regressão é aquele para o qual a soma dos desvios quadráticos entre os valores real e estimado da variável dependente é minimizada para a amostra de dados.

Após encontrar os coeficientes por meio da regressão, foram elaborados os testes de análise do FIV para multicolinearidade e RESET de Ramsey para a especificação do modelo. Estas etapas são de grande importância para se certificar de que se está obtendo os melhores estimadores lineares não viesados. (GUJARATI E PORTER, 2011). Desta forma nenhuma das variáveis apresentou FIV maior que 10, indicando então que não existem graves problemas de multicolinearidade. Também foi verificado que o modelo se encontra bem especificado conforme teste RESET de Ramsey.

4 Análise dos Resultados

Dado a importância que a literatura dá acerca do Programa Bolsa Família na economia dos municípios brasileiros, buscou-se analisar nesta seção as estatísticas descritivas dos dados utilizados. Os municípios foram separados em quartis.

Figura 1: Distribuição da taxa de analfabetismo 1(a); repasse 1(b); Pib *Per capita* 1(c)



Fonte: Elaborado a partir dos dados coletados, com auxílio do Software Geoda

A figura 1(a) traz a distribuição da taxa de analfabetismo ao longo dos municípios brasileiros. Percebe-se que a maior concentração da taxa de analfabetismo encontra-se nos municípios da Região Norte e da Região Nordeste.

A figura 1(b) mostra a distribuição do Repasse do Programa Bolsa Família, no qual evidencia-se que os a maioria dos municípios que os maiores valores do Repasse estão destinados as Regiões Norte e Nordeste.

A figura 1(c) mostra a distribuição do Pib *Per capita* municipal, no qual percebe-se que os municípios que concentram os maiores Pib *per capita*s, estão nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste

Através destes dados, buscou-se a média dos Pib *per capita*, da taxa de analfabetismo bem como o repasse médio. Além do máximo e mínimo das Regiões. Os dados estão expostos na tabela a seguir:

Tabela 1: Estatística descritivas das regiões

Região	Média			Mínimo			Máximo		
	PIB	Taxa	Repasse	PIB ³	Taxa ⁴	Repasse ⁵	PIB ⁶	Taxa ⁷	Repasse ⁸
Sul	17685	9,7	1007,6	5869,2	1,1	293,3	223 848,20	24,7	1433,1
Sudeste	16450	13,5	1005,3	3593,2	1,6	518,7	290 834,00	45,5	1354,4
Centro Oeste	16517	15,3	1048,7	4242,1	4,1	601,2	167 434,50	34,5	1396,3
Norte	9316,3	22,3	1258,4	2269,8	3,9	813	103 403,90	48,3	1523,6
Nordeste	6031,5	34,9	1202,1	2404,2	4,6	449,3	296 884,60	57,1	1973,1

Fonte: Elaborado a partir dos dados coletados

A região Sul do país conta com o a maior média do PIB *Per Capita*, seguida pelo município que possui a menor taxa de analfabetismo, entretanto o Nordeste é a região que possui o município com maior PIB *Per Capita* do Brasil no ano de 2010.

Diante dos dados expostos, teria o repasse do Programa Bolsa Família impacto no Pib dos municípios Brasileiros? E será que possui impacto de forma diferente nas

³ PIB *Per Capita*: Piraquara – PR; São João das Missões – MG; Águas Lindas de Goiás – GO; Curalinho – PA; São Vicente Ferrer – MA

⁴ Taxa de Analfabetismo: Feliz – RS; Águas de São Pedro – SP; Goiânia – GO; Belém – PA; Salvador – BA

⁵ Repasse médio por família: São Vendelino – RS; Vista Alegre do Alto – SP; Anhanguera – GO; Araguaína – TO; Nazaré do Piauí – PI

⁶ PIB *Per Capita*: Triunfo -RS; Porto Real – RJ; Alto Horizonte – GO; Parauapebas – PA; São Francisco do Conde – BA

⁷ Taxa de Analfabetismo: Lagoa Vermelha – RS; Crisólita – MG; Cavalcante – GO; Marechal Thaumaturgo – AC; Caxingó – PI

⁸ Repasse médio por família: Três Arroios – RS; São José da Safira – MG; Barro Alto – GO; Porto Walter – AC; Ubajara – CE

regiões do Brasil? Para responder a estas perguntas, primeiramente estimou-se um modelo de regressão linear múltipla considerando os 5565 municípios brasileiros.

Tabela 1: Regressão linear múltipla, estimada por MQO, amostra completa

<i>Pib Per Capita</i>	Coeficiente	
Constante	42807,2 *** (35,83)	27890,8*** (21,09)
Repassé médio	-27,46*** (-26,61)	-5,54*** (-3,85)
Taxa de Analfabetismo	-	-440,70*** (-24,56)
Nº observações	5565	5565
R^2	0,09	0,19
Teste F	707,89	862,46

Fonte: Elaborado a partir dos dados coletados pela pesquisa, com auxílio do Software Gretl.

Nota: Erros padrão robustos à heteroscedasticidade, variante HC1. Os números entre parênteses representam a estatística t dos estimadores e os asteriscos representam o nível de significância. Significativos a 1% são denotados por ***, 5% são denotados por ** e 10% são denotados por *.

Realizando o teste de hipótese ao nível de significância de 1% a hipótese nula é rejeitada, ou seja, há influência a do repasse médio do Bolsa Família e da Taxa de analfabetismo no PIB *per capita*. -5,54 é o coeficiente parcial de regressão do Repasse do Bolsa Família e mostra que, mantido constante a influência da Taxa de Analfabetismo, quando o repasse aumenta em R\$ 1,00, o PIB *per capita*, diminui em R\$ 5,54, sabemos que este não é o caso pois coeficiente negativo levaria à conclusão que quanto maior for o repasse *per capita*, menor será o PIB do município, significando que os municípios mais beneficiados pelo Bolsa Família são os menos desenvolvidos socialmente e economicamente, justificativa razoável para essa relação negativa. (LANDIM JUNIOR, 2008).

O coeficiente parcial de -440,70, indica que mantido constante a influência do Repasse do Bolsa Família, o PIB *per capita* aumenta em R\$440,70, quando diminui 1% da taxa de analfabetismo. Sendo este sinal esperado conforme trabalho de Ribeiro

(2012). O R^2 de 0,19. Significa que em média 19% da variação do PIB *per capita*, pode ser explicado pelo Repasse e a Taxa de analfabetismo.

No modelo a seguir as variáveis binárias são incorporadas afim de constatar um deslocamento do intercepto como resultado de algum fator qualitativo, neste caso o diferencial das regiões brasileiras

Tabela 2: Regressão linear múltipla, estimada por MQO, variável dependente, PIB *Per capita*, corte por regiões

Pib <i>Per Capita</i>	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Nordeste	Norte
Constante	23890,6*** (11,45)	21144,7*** (7,66)	41828,4*** (5,91)	19614,5*** (6,85)	34606,5 *** (6,724)
Repasse Médio	1,01 (0,41)	6,10* (1,75)	-15,20** (-2,15)	-3,81 (-1,61)	-16,7108*** (-4,472)
Taxa de Analfabetismo	-740,70*** (-13,65)	-797,77*** (-11,92)	-608,71*** (-4,17)	-257,36*** (-4,76)	-190,340*** (-4,763)
Nº obser.	1188	1668	466	1794	449
R^2	0,112082	0,093198	0,10617	0,068342	0,157206
Teste F	138,4411	132,3518	19,00918	18,029	17,75727

Fonte: Elaborado a partir dos dados coletados pela pesquisa, com auxílio do Software Gretl.

Nota: Erros padrão robustos à heteroscedasticidade, variante HC1. Os números entre parênteses representam a estatística t dos estimadores e os asteriscos representam o nível de significância. Significativos a 1% são denotados por ***, 5% são denotados por ** e 10% são denotados por *.

Mantido a Taxa de Analfabetismo constante, as regiões Sul e Nordeste apresentaram valores não significativos do ponto de vista estatístico em que o repasse do Programa Bolsa Família não afeta o PIB *per capita* das regiões. Já a região Sudeste apresentou o valor de 6,10 a um nível de significância de 10%, o aumento de R\$ 1,00 do repasse aumenta em R\$ 6,10 o PIB *per capita*.

A região Centro-Oeste apresentou o valor negativo de -15,20, porém significativo a de 5%, em que o aumento de R\$ 1,00 do repasse, diminui em R\$ 15,20 o PIB *per capita* da região. Por fim a região Norte que possuiu o valor significativo a 1% sendo este negativo de -16,71 em que o aumento de R\$ 1,00 do repasse, diminui em R\$ 16,71 o PIB *per capita* da região.

Mantido repasse médio constante, todas as regiões apresentaram valores negativos e significativos a 1% para a Taxa de Analfabetismo, o que significa que quando se diminui 1% da taxa de analfabetismo se tem um aumento no pib *per capita* bem significativo. A região que apresenta o maior impacto é a região Sudeste em que uma diminuição de 1% causa um aumento no pib *per capita* de R\$797,77, enquanto que a região Norte apresenta um impacto menor, em que 1% da diminuição da taxa de analfabetismo, causa um aumento de R\$190,34 no pib *per capita*.

5 Considerações Finais

As políticas de transferência de renda auxiliam no desenvolvimento econômico e social do país. Este trabalho demonstrou que o aumento de R\$ 1,00 no repasse médio por família exerce um efeito negativo no Pib *per capita*, quando analisado todos os municípios, entretanto este coeficiente negativo é justificado por Landim Junior, (2008), em que os municípios mais beneficiados pelo Bolsa Família são os menos desenvolvidos socialmente e economicamente.

Para a análise por região, esperava-se que o coeficiente do repasse médio da região Sul e Nordeste fossem significativos, entretanto não foram. A região Sudeste foi a única que apresentou o coeficiente do repasse médio positivo, mostrando que o aumento do repasse do Bolsa Família tem um efeito positivo no Pib *per capita* desta região.

A contribuição deste trabalho ainda que brevemente foi analisar o repasse do Bolsa Família no Pib *per capita*, por regiões do Brasil. Nesse sentido, são válidas algumas sugestões e recomendações para trabalhos futuros, os quais, de igual maneira, podem agregar ao debate novos resultados e modos de análise. São elas:

- 1) Estimar a relação entre as variáveis estudadas neste trabalho para o início do Programa, de modo a comparar os resultados obtidos e analisar se ocorreram mudanças no comportamento das variáveis.
- 2) Verificar se há diferenciação de intercepto ou inclinação a partir dos Estados Brasileiros, tomando como base o Paraná, ou qualquer outro Estado de preferência.
- 3) Realizar corte por municípios rurais e urbanos

6 Referências

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **Rae. Eletrônica**, [s.l.], v. 1, n. 2, p.02-12, dez. 2002. FapUNIFESP (SciELO). DOI: 10.1590/s1676-56482002000200003. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1676-56482002000200003&script=sci_arttext>. Acesso em: 22 dez. 2015.

DELGADO, Guilherme. **As verdades e mentiras sobre a distribuição de renda no Brasil**. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-anteriores/2715-as-verdades-e-mentiras-sobre-a-distribuicao-de-renda-no-brasil-entrevista-especial-com-guilherme-delgado-do-ipea>. Acesso em: 15 set. 2016

FERREIRA, Moysés da Silva Pinto; BOURSEAU, Thiago Matera. **Análise dos impactos do Programa Bolsa Família em variáveis qualitativas e quantitativas (PIB e IDH) no Brasil**. Rio de Janeiro: Ufrj/escola Politécnica, 2015. 91 p. Disponível em: <<http://monografias.poli.ufrj.br/monografias/monopoli10014550.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. **Econometria Básica**. 5. ed. Porto Alegre: Amgh, 2011. 899 p.

HILL, Carter; GRIFFITHS, William; JUDGE, George. **Econometria**. São Paulo: Saraiva, 1999. 409 p

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. *Economia e Sociedade*, v. 15, n. 1, v. 26, p. 79-112, 2006.

KAZMIER, Leonard J. **Estatística Aplicada a administração e economia**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. 383 p.

LANDIM JUNIOR, Paulo Henrique. **Os Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a Economia dos Municípios Brasileiros**. São Paulo: Insper, 2008. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/publications/mds/33P.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2016.

LINHARES, Fabrício et al. **Impacto do crescimento, desigualdade e do programa bolsa família (pbf) na pobreza do brasil**. Fortaleza: Ufc, 2010. 17 p. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2470/1/2011_art_flinhares.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2016

LOUREIRO, André Oliveira Ferreira; SULIANO, Daniel Cirilo. **As principais linhas de pobreza utilizadas no Brasil**. 38. ed. Fortaleza: Ipece, 2009. 10 p. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/notas_tecnicas/NT_38.pdf>. Acesso em: 08 set. 2016.

MARQUES, Rosa Maria. Caderno de estudos: Desenvolvimento Social em debate – n.1, **A importância do Bolsa Família nos municípios brasileiros**. Brasília. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005. Disponível em: <www.mds.gov.br/estatisticas/caderno_de_estudos_%20V_1.pdf>. Acesso em 01 ago. 2016

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E COMBATE A FOME. **O que é o Bolsa Família**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>. Acesso em: 14 nov. 2015.

PIRES, Daniane Christie Alves. **A implantação do Bolsa- Família e sua relação com a pobreza nas Regiões Brasileiras no período de 2004 e 2006.** Caxambu: Unifem, 2008. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docspdf/abep2008_1145.pdf>. Acesso em: 10 set. 2015.

RIBEIRO, Danielle Reis de Souza. **Três Ensaios Sobre o Programa Bolsa Família: Impacto nas Eleições, Bem-estar e Pobreza.** 2012. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/poseconomia/files/2015/03/Dissertação-Danielle-Reis-de-Souza-Ribeiro.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil: Afinal, do que se trata?** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011.

ROSINKE, João Germano et al. **Efeitos Sociais e Econômicos para o Desenvolvimento Local através das contribuições do Programa Bolsa Família no município de Sinop- MT no período de 2004 a 2009.** 12. ed. Campo Grande: Interações, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1518-70122011000100008&script=sci_arttext>. Acesso em: 01 out. 2015.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. **O programa bolsa família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras.** Brasília: Ipea, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2598/1/TD_1424.pdf>. Acesso em: 01 set. 2016.